



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 912229
Natureza: Tomada de Contas Especial
Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais e Clube da Melhor Idade do Município de Itabirito

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais, com o objetivo de apurar a responsabilidade e quantificar o prejuízo causado ao erário quanto às possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados pela Secretaria de Estado ao Clube da Melhor Idade do Município de Itabirito, mediante o Convênio n. 475/2011/SEGOV/PADEM, cujo objeto é a aquisição de cadeiras de rodas e de banho, maquinário para padaria, lavanderia e costura, equipamentos de cozinha industrial, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos e de informática.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Primeira Câmara de 26/05/2015 (f. 299v), os conselheiros julgaram irregulares as contas e determinaram a restituição ao erário estadual de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) pela Sra. Izabela Consuelo Moreira Maciel, dirigente do mencionado clube à época.

A decisão transitou em julgado em 12/04/2016, conforme f. 301.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foi emitida a Certidão de Débito n. 508/2016 (f. 318/319), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 912229RE646, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2016.

Eric Botelho Mafra

Diretor da Secretaria do Ministério Público de Contas ¹

(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 02/2016, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 27/09/2016